



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PLANO

ANEXO I AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 023/2021

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO: Trata-se de um instrumento que integra a solicitação de Acordo de Cooperação Técnica, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes.

Conforme o artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, o artigo 1º da Lei nº 13.019/2014 a celebração de Acordos de Cooperação Técnica por Órgãos ou entidades públicas e sociedades civis depende da aprovação prévia do Plano de Trabalho, que deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

1 – DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS				CNPJ: 04.812.509/0001-90	
ENDEREÇO: AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO, S/N, BAIRRO ALEIXO					
CIDADE: MANAUS	UF: AM	CEP: 69.060-000	DDD/TELEFONE:	EA – Esfera Administradora ESTADUAL	
NOME DO RESPONSÁVEL: DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA				CPF: 069.981.942-34	
C.I/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CARGO: DESEMBARGADOR	FUNÇÃO: PRESIDENTE		MATRÍCULA: 359- TJ/AM	
ENDEREÇO: AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO, S/N, BAIRRO ALEIXO				CEP: 69.060-000	

ÓRGÃO/ENTIDADE PARTÍCIPE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO AMAZONAS				CGC/CNPJ: 04.378.626/0001-97	
ENDEREÇO: Avenida General Rodrigo Otávio, n.º 6200 - Campus Universitário Senador Arthur Virgílio					
CIDADE: Manaus	UF: AM	CEP: 69060-000	DDD/TELEFONE: (92) 3305-1489 e 1485	EA Esfera Administradora Federal	
NOME DO RESPONSÁVEL: Sylvio Mário Puga Ferreira				CPF: 405.295.092-53	
C.I/ÓRGÃO EXPEDIDOR: nº 0977440-8 SSP/AM	CARGO: REITOR	FUNÇÃO: REPRESENTANTE LEGAL			

ENDEREÇO: Avenida General Rodrigo Otávio, n.º 6200 - Campus Universitário Senador Arthur Virgílio	CEP: 69060-000
NOME DO CONTATO PARA TRATATIVAS: JESSÉ WENDELL SOUSA	
E-MAIL: arii@ufam.edu.br	TELEFONE: 92 3305-1753

2 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO:
DESCRIÇÃO DO PROJETO INTEGRA O PLANO DE TRABALHO

TÍTULO DO PROJETO CEJUSC Polo Avançado
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO Promoção do atendimento de pessoas carentes por demanda espontânea, assim como permitir aos alunos da Universidade Federal do Amazonas o desenvolvimento de estágio obrigatório e facultativo através de atividades práticas relativas ao atendimento a clientes, gerenciamento cartorário e acompanhamento de audiências no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC Polo Avançado, bem como a promoção da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos.
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO Disseminar a cultura da pacificação por meio da linguagem e ferramenta da Mediação e Conciliação, com práticas voltadas a esse propósito, visando maior rapidez na pacificação dos conflitos, com resultados sociais expressivos e reflexos significativos na redução de processos judiciais.
METAS A SEREM ATINGIDAS Ante o elevado número de feitos judiciais em tramitação, possibilitar maior efetividade à entrega da prestação jurisdicional aos que buscam o Poder Judiciário aumentando os acordos obtidos por meio da conciliação/mediação em 30%.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Nos termos da Cláusula 4ª
ÓRGÃO FISCAL: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NUPEMEC

Manaus (AM), 26 de agosto de 2021.

Assinado digitalmente

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Assinado digitalmente

Desembargador **DÉLCIO LUÍS SANTOS**
Presidente do Sistema Permanente de Mediação e Conciliação

Assinado digitalmente

Prof. Dr. **SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA**
Reitor da Universidade Federal do Amazonas



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Jorge Chalub Pereira, Presidente**, em 26/08/2021, às 14:16, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 4253403575168117555



Documento assinado eletronicamente por **DELICIO LUIS SANTOS, Magistrado(a)**, em 23/09/2021, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA**, **Usuário Externo**, em 28/09/2021, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0323620** e o código CRC **61AD281F**.